

Enfite

A TARDE
DOMINGO, 9 DE
MAIO DE
2010 #110
REVISTA SEMANAL
DO GRUPO A TARDE

O MINISTRO DE R\$ 2,5 BI

Juca Ferreira fala do passado de militante e do presente, como titular do Ministério da Cultura





ABRE ASPAS JUCA FERREIRA MINISTRO DA CULTURA

«A economia da cultura foi pensada para poucos»

Texto **MARCOS DIAS** mdias@grupoatarde.com.br
Fotos **MARCO AURÉLIO MARTINS** mmartins@grupoatarde.com.br

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, 61, mesmo fazendo acupuntura para aliviar o cansaço e o estresse da função, sente-se recompensado pelo trabalho que desenvolve. Desde 2003 como secretário-executivo da gestão de Gilberto Gil e, a partir de agosto de 2008, como titular. Dos R\$ 287 milhões no seu orçamento (0,2% do total federal), o MinC saltou para R\$ 2,5 bilhões, atingindo o mínimo recomendado pela ONU. E ele aguarda, já que estão em fase de tramitação no Congresso, leis como o vale-cultura, que, afirma, vão injetar R\$ 7 bilhões por ano na economia, atingindo 14 milhões de trabalhadores. No Congresso, desde fevereiro, está o projeto de lei que institui o Pro-cultura, ou a nova Lei Rouanet, como também é chamada, depois de ficarem constadas as distorções que, por quase 19 anos, estimularam que a área privada cuidasse da cultura, quando 80% do dinheiro do ministério era destinado para São Paulo e Rio de Janeiro e apenas 3% dos proponentes ficavam com mais da metade. "Era um escândalo", diz ele, que participou da primeira geração do rock'n'roll, do movimento estudantil, foi militante do MR-8, viu sua foto com "procura-se" nas paredes e, exilado, morou no Chile, Suécia e França. Um dia, de volta a Salvador, onde nasceu, não pôde fazer um programa de rádio porque não era sindicalizado: "Podia ter dado certo como DJ, mas a rádio baiana previa que eu fosse virar ministro e preferiu me restringir essa possibilidade", diz ele, que conversou com a Muito no Palácio da Aclamação.

O que queria ser quando criança?

Numa época, músico. Depois, arquiteto e cineasta. Foram minhas escolhas, nenhuma delas aconteceu.

Aos 18, foi eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Qual era o seu desejo?

Eu estudava no Colégio Militar, até 1966, e queria ir para o Central, para viver aquela efervescência cultural que acontecia na época, peças de teatro, grupos de debate. Fui para o Central, participei de um centro de estudos e debates sobre cultura e filosofia e acabei me envolvendo com o movimento estudantil.

Quando acontece de se filiar ao MR-8, já havia passado pelo Partido Comunista. Estava disposto a tudo?

No Central, não havia o MR-8. Fiz contato com os partidos que haviam no movimento estudantil, me filiei ao PCB, mas era época do 6º Congresso e acabei indo, junto com a dissidência secundarista do PCB, que se uniu com a dissidência universitária do Rio de Janeiro e surgiu o MR-8. Eu estava disposto... a gente não pensa nisso nessa idade. Éramos contra o regime militar e a insatisfação da juventude era muito grande, uma profissão parecia uma coisa inútil e sem sentido e a política acabou me puxando. E até hoje estou na esfera da atividade política.

Mesmo sendo um período marcadamente político, havia uma mudança de costumes e comportamentos no mundo, com a contracultura. De que forma "sexo, drogas e rock'n'roll" lhe afetou?

Eu sou da primeira geração ro-

«O PV está ficando muito careta. O candidato aqui da Bahia é contra o direito das mulheres de dispor do próprio corpo»

ck'n'roll. Quando morei no Rio de Janeiro, interno, na faixa dos 8 anos até 10, minha turma era toda rock'n'roll. Meu pai gostava de Maysa, Chico Alves, Elizeth Cardoso, eu também gostava, cresci ouvindo muita música. E já voltei para a Bahia rock'n'roll e nessa mudança de costumes. Eu tinha uma camisa assim, vermelha, bem gritante, na época homem não usava camisa vermelha e já era o rock abrindo espaço para outra coisa.

Apartir de 1971, o senhor foi para o exílio no Chile, depois Suécia e França. O que esses anos lhe ensinaram?

Eu diria que, ao contrário da maioria dos exilados, o exílio não foi um sofrimento para mim. Primeiro, porque minha família estava acostumada a mudanças. Meu pai construiu estradas e onde a estrada ia a gente ia. Isso foi um processo que me acostumou estar com o pé na estrada. Quando fui para o Chile, saí da clandestinidade, das ameaças de morte, foi um alívio e mais ainda quando cheguei à Suécia, porque recuperei meu nome. No Chile, vivia na clandestinidade, com um nome falso.

Qual era o nome?

Francisco Xavier de Almeida. Na Suécia, comecei a estudar e, como não tinha expectativas em 1973, ia ser

professor de português. Mas quando vi que a anistia estava chegando, fui para a França e terminei o curso como sociólogo.

Por que se licenciou do PV?

O PV está ficando muito careta. O candidato aqui da Bahia é contra o direito das mulheres de dispor do próprio corpo, contra o direito dos homossexuais, a própria candidata à presidência tem certa intolerância religiosa, não admite o candomblé como parte da diversidade religiosa brasileira. Então, o partido que apareceu com uma ousadia enorme, com capacidade de propor temas que a maioria da sociedade tinha dificuldade de aceitar, está recuando velozmente para um pragmatismo comum na política brasileira, onde ninguém diz o que pensa, todo mundo é redondinho, faz pesquisa antes para saber o que a população quer. Depois, está indo para a direita, as alianças principais são com o DEM e o PSDB, não compreendeu a importância do governo Lula.

Mas o governo Lula também se aproximou de Sarney, Renan, Collor...

Sim, mas trouxe para realizar seu programa. Pela conformação da legislação no Brasil, ninguém governa sem, mas tem projeto de redução das desigualdades. O problema do

PV é uma afinidade com a direita, um recuo, uma impossibilidade de se mover na política a partir do seu programa, então, isso me desagrada e a gota d'água foi essa candidatura aqui na Bahia, que eu faço questão de dizer que não tenho nada a ver com ela, sou contra e acho que isso não vai dar certo.

Mas a questão do aborto também não está no programa do PT. Por quê?

A maioria dos partidos tem dificuldade de lidar com isso. Mas isso é o que era o grande mérito do PV. Coragem de propor temas que a maioria não compreende, mas é parte importante da política de estado dar atendimento às mulheres. Não se trata de ser a favor do aborto, ninguém é. Mas padres e pastores não vão criar os filhos dessas mulheres. Acho que nós, PV, estamos nos distanciando de um papel importante de renovação e revitalização, com posturas conservadoras e reacionárias, apenas usando o charme da sigla e da questão ambiental.

Flora Gil disse certa vez que uma das coisas do Ministério da Cultura que mais afetou Gilberto Gil, foi o sono. Mais que a reforma da Lei Rouanet ou embates com a classe artística. O trabalho também afeta a sua vida privada?

Sim. Eu gosto de dançar e não tenho mais tempo. Quando tenho tempo livre meu sonho de consumo é dormir. Tenho que fazer esforço para não pesar a barra lá em casa, porque a demanda do meu filho de 9 anos e da minha mulher é de uma presença mais ativa na família, porque se eu chegar só para dormir, a

CÉLIA APIMAR / FUNDAÇÃO CULTURAL / 14.7.1987



CELESTE RIBEIRO / ARQUIVO A. MARIN / 18.10.1993



DIOGO ROCHA / ARQUIVO A. MARIN / 13.10.1994



No alto, em 1987. Secretário do Meio Ambiente, em 1993 e 1994 (em visita à Barragem do Cascão)

barra pesa. E tem o cansaço e o estresse. Estou fazendo acupuntura agora, porque o organismo não está dando conta. Eu brinco dizendo que essa situação de ministro é uma escravidão voluntária, você não tem agenda, não tem tempo, trabalha sábado, domingo, de manhã, de tarde e de noite, ganha mal. Tem ascensorista da Câmara que ganha mais do que eu.

Quanto ganha, ministro?

Eu recebo R\$ 8,1 mil, mais ou menos, depois dos descontos, e para a vida que tenho. Eu não posso comprar os livros que preciso, então, é uma vida... Mas, o que compensa é que a gente está vendo o trabalho crescer, somos um dos dois ministérios mais bem avaliados.

Secretário executivo do Ministério da Cultura desde 2003, em 2008 o senhor assume a pasta. Os Pontos de Cultura são, concretamente, o trunfo do ministério até agora?

Não. Nós temos trunfos gigantescos. Nós somos melhores em todos os itens em relação ao que encontramos no ministério. Fizemos uma verdadeira revolução. Primeiro, a gente compreendeu que a cultura é direito de todo ser humano. A gente começou a tratar a cultura como item importante das políticas públicas, como parte importante do desenvolvimento, das políticas sociais e da economia. É uma economia hoje responsável por mais de 5% do PIB brasileiro e quase 7% do emprego formal, sem contar a repercussão nas outras cadeias produtivas.

Frequenta espaços culturais em Salvador?

Vou ao Teatro Castro Alves, quando tem uma boa atração. No Pelourinho, vou muito no verão, principalmente, mas, durante o ano, acho que tem que ser mais dinamizado.

Um espaço emblemático: o Museu de Arte Moderna da Bahia. O senhor se imagina, daqui a 20 anos, descendo aquela ladeira que dá acesso ao MAM?

A gente desce de carro, mas se for descer a pé é barra pesada. É uma boa questão. Hoje até vi um programa sobre acessos nas cidades brasileiras. Portadores de necessidades especiais chegam hoje a 5% da população, quase 10 milhões de pessoas. É preciso pensar nessas pessoas. Mas ali eu vou quando tem boas exposições, ou também as sessões de jazz, que são muito boas.

E o Teatro Castro Alves? A Secult promove uma vez por mês um espetáculo a R\$ 1. Nos outros dias, costuma servir a produções caras, de fora, ou a eventos privados. Como equipamento público, não mereceria outro uso?

Pode. Já tivemos por aqui um período em que o Teatro Castro Alves era parte do circuito nacional dos grandes espetáculos. Não havia espetáculo que viesse do exterior que não passasse pela Bahia. O grupo de dança do TCA (BTCA) sempre foi considerado um dos melhores do Brasil, tem a orquestra sinfônica, mas em geral o preço dos espetáculos no Brasil são caros e a maioria deles é financiada com dinheiro público. Tem o problema das carteiras de estudante falsas, o Parlamento está demorando a resolver esse problema. Até nas sedes dos ministérios em Brasília são vendidas carteiras falsas. Há um problema de negociação desse financiamento público, pois temos que garantir a redução do preço de bilheteria, temos que ter controle porque a grande incidência de patrocínio público gerou aumento no custo de produção no Brasil inteiro. São muitos os fatores, mas o mais importante é invisível, que é que a economia da cultura no Brasil foi pensada como uma economia para poucos, e a economia do Brasil está se tornando para muitos. A área cultural precisa ser repensada, o preço do cinema, do teatro, da dança tem que cair, temos que pensar numa economia para muitos, garantindo o lucro dos que investem, o pagamento dos que exercem atividades artísticas e técnicas, mas é preciso fazer um esforço para pensar

«Não é possível que a cultura tenha edital na rua com dinheiro atrasado ou cortado para outros pagamentos»

também no acesso da população e, para isso, é preciso políticas públicas ousadas, porque a mudança de paradigma é difícil.

A TARDE publicou que o principal instrumento de ação da Secult, os editais, ainda não pagaram contemplados de 2008, muitos de 2009 ainda estão sendo selecionados, e já há previsão de lançamento de novos editais sem que os anteriores sejam concluídos. A que isso se deve?

Eu não sei, porque não estou aqui. Mas, levando em conta a minha experiência no plano federal, é que cada vez que há um corte, ou contingenciamento, a primeira área em que pensam é a cultural. Você está com um edital na rua, aí vem a área econômica do governo, corta aquele dinheiro e as pessoas recebem o prêmio, mas não levam os recursos. Então, é preciso acabar com isso. A área cultural tem que ser tratada com a importância que tem. Portanto, não é possível que a cultura tenha edital na rua com dinheiro atrasado ou cortado para outros pagamentos que, muitas as vezes, não são tão relevantes assim. Liberou para um edital, aquele dinheiro tem que ser sagrado. No MinC, já consegui fazer com que as pessoas entendam que dinheiro que está na rua, em edital, não pode ser tirado porque desmoraliza o ministro e o ministério.

Isso reforça a ideia de que a cultura tem sido mais marqueteira do que eficaz?

É isso, exatamente. O ministro fica com o pincel sem escada em baixo, no caso, o secretário de cultura. Não pode acontecer isso. Isso é um escândalo. É uma área frágil, carente da ação do Estado e de uma relevância enorme para o desenvolvimento da população e da economia. A Bahia vive da economia do turismo e da economia da cultura. Se não cuidar disso com a importância que tem e com a importância de outras áreas, a gente nunca vai ter um Estado devidamente desenvolvido. Não pode acontecer isso, é um erro.

Fala-se da reforma da Lei Rouanet desde 2003 e o projeto de lei que institui o Pro-cultura está tramitando desde fevereiro. Pelo adiantado das horas, quais suas expectativas?

Tenho expectativa de aprovar as dez leis que estão tramitando, tem muitas, mas eu digo dez porque não são só as que criamos, mas as que foram geradas no próprio parlamento que são essenciais, o Plano Nacional de Cultura, o vale-cultura, a Lei Rouanet, a regulação do direito autoral, a tramitação está muito boa, porque desde 2003 a gente despartidarizou o ministério. Muitas das leis estão sendo aprovadas por unanimidade, por acordo de lideranças. O vale-cul-



tura está praticamente aprovado, só falta a última votação. Vai injetar R\$ 7 bilhões na economia e incluir 14 milhões de brasileiros.

Esse dinheiro não seria melhor aplicado na educação que no consumo?

Não, porque não há educação sem cultura. A busca da qualidade da educação tem que começar do início. Na época em que era para poucos tinha qualidade até melhor, mais ou menos na mesma época em que começou a busca de milhões de brasileiros para uma incorporação pela educação, em 1967 mais ou menos, houve mudança de menta-

lidade em que se buscou apenas preparar para o mercado de trabalho, toda a área humanista, de formação do cidadão, foi abandonada. Peguei música e teatro em escola pública.

Não acha que é mais importante que as pessoas saibam escolher melhor os governantes do que ver filmes da Xuxa?

Você colocou um dilema difícil. Nunca é ou assistir o filme da Xuxa ou escolher os governantes. A vida não se apresenta assim. Com o vale-cultura no bolso, ele pode assistir filme da Xuxa, *O segredo dos seus olhos*, *Avatar*, pode assistir ou pode comprar um livro. o direito de escolha é parte

do conceito democrático de cultura. Não vou dizer, como ministro, o que que o cara deve escolher. Alguns escolherão Xuxa, e mesmo Xuxa acrescenta alguma coisa.

A ponto de filmes assim serem financiados com dinheiro público e aval da Lei Rouanet?

É complicado, né, porque o filme da Xuxa tem milhões de espectadores, tira o filme americano e emprega uma quantidade enorme de artistas que com aquele dinheiro vão poder fazer outros filmes. É complexo. A escola precisa seduzir as crianças, captivar, incorporar a linguagem dos

«Meia-entrada só pode chegar até 40%, senão inviabiliza a produção, senão o preço vai lá para cima para compensar»

meninos hoje, que estão conectados em processos culturais através da internet e jogos eletrônicos. Tem que trazer de volta a cultura, que torna mais complexa a subjetividade, aumenta a carga informacional, conecta com outros processos e desperta interesse. A cultura deve estar numa escola de qualidade.

O vale-cultura não corre o risco de se voltar apenas para o entretenimento? Uma obra de arte faz pensar, diferentemente dos produtos da indústria cultural...

Essas fronteiras tem horas que são evidentes, tem horas que não. *Avatar* é entretenimento, é o filme mais caro que Hollywood já produziu, é um bom filme em todos os aspectos. Levanta uma questão vital, que é a opção civilizatória do Ocidente. Talvez dê uma contribuição maior do que qualquer livro cabeça que trate a questão de forma mais profunda. O erro da televisão pública no Brasil foi se pensar como algo externo à sedução. Sem atrativos, não há chances. Evidentemente, eu não recomendaria que ninguém se movesse só no plano da cultura de massa, é preciso ler livros que de fato acrescentem profundidade e extensão da compreensão do mundo. A indústria cultural, de entretenimento, simplifica e empacota para um número maior de pessoas, mas não há fronteiras. Eu comecei minha for-

mação em cultura com revistas em quadrinhos. O primeiro livro que li completo foi *Robinson Crusoe*, com tradução de Monteiro Lobato e, a partir daí, eu não parei mais de ler. Cabe à escola pegar esses movimentos e aprofundá-los, como as lutas marciais aproveitam o movimento do outro e aprofundam o movimento a seu favor.

O que foi feito para aproximar cultura e educação? Uma das prioridades das conferências de cultura, divulgadas recentemente, aponta para a aproximação da cultura com a educação, mas, quando Lula ainda era candidato, em 2002, ele já falava que sua política cultural iria priorizar essa aproximação.

Tem havido. O Mais Cultura e o Mais Educação tem dialogado. Mas eu diria que é uma área em que a gente só vai ter resultado daqui a dez anos. Tem que aprofundar, porque não há educação de qualidade sem cultura. A arte tem que voltar para a sala de aula, a filosofia tem que voltar. Acho que o movimento é pequeno. Eu sinto que seria bom para a educação se levassem um pouquinho mais a sério essa dimensão.

Os artistas consagrados, caso a nova Rouanet seja aprovada, continuarão a dispor de recursos públicos?

A imprensa depois de lutar para que a gente não mexesse, ou seja, privi-

legiasse os artistas consagrados, começou campanha que artistas consagrados não podem ter acesso a recursos públicos. O que é um artista consagrado? Aqueles que por suas obras ganham relevância e aceitação. A gente não pode prescindir desses artistas numa política cultural. E se um artista é viável economicamente e entra dinheiro público, ele tem que dar contrapartida que é o barateamento na entrada. Todos eles já têm feito isso.

Só?

Já é razoável. Se 10 mil pessoas assistiam a um show de um artista desses e se aumenta para 50 mil, o dinheiro público já contribuiu.

Mas ingressos a R\$ 40, R\$ 60 são caros.

Eu sei que é. Mas é o que eu lhe disse no início da entrevista: é preciso atacar na complexidade. O congresso não quer. Eu já me posicionei claramente: só a UNE e a Ubes podem fazer carteira de estudante, com controle da Casa da Moeda. Acho que tem que ter cota. Meia-entrada só pode chegar até 40%, senão inviabiliza a produção, senão o preço vai lá para cima para compensar a quantidade, e como há muitos estudantes, mesmo com controle das carteiras, o número ainda é excessivo. Na maioria dos países civilizados é assim. Temos que fazer um esforço para viabilizar estruturas mais baratas. E o controle do custo da produção, quando o dinheiro público entra, tem que demandar abatimento do preço da bilheteria. É um esforço que não deve ser só do ministério, a sociedade tem que apoiar. «